# Sindeepres, Trajetórias da Terceirização

## Pesquisa inédita

**Marcio Pochmann**

Presidente do Ipea e professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp

SINDEEPRES®

# Trajetórias da Terceirização

SINDEEPRES

Sede do Sindeepres em São Paulo

# SUMÁRIO

Apresentação..... 07

Palavra do presidente
Genival Beserra Leite..... 08

PARTE 1

Empregados terceirizados..... 11

Consideracões finais..... 31

Bibliografia de referência..... 32

**SINDEEPRES**

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo – Sindeepres – é uma entidade sindical de representação de classe profissional fundada em 31 de agosto de 1992. Tem 160 mil associados e representa mais de 500 mil trabalhadores temporários e terceirizados na área de prestação de serviços de todo o estado de São Paulo.

www.sindeepres.org.br

# APRESENTAÇÃO

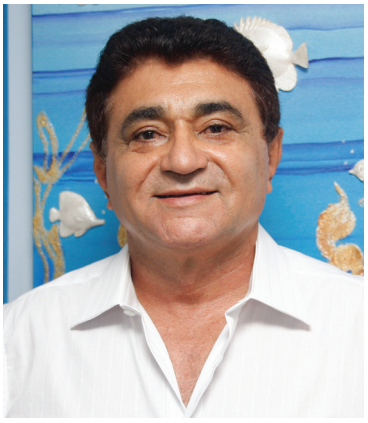
O presente trabalho resulta de uma longa e sistemática pesquisa de investigação a respeito do tema terceirização. As informações quantitativas apresentadas resultam da disponibilização original do Sindeepres para o estado de São Paulo que agregadas ao conjunto básico de dados gerados com base na Relação Anual de Informações Sociais pelo Ministério do Trabalho e Emprego tornaram possível o ineditismo de uma análise circunscrita à evolução da subcontratação da mão de obra.

Quando combinada a riqueza das informações quantitativas com a reflexão evidenciada pela literatura especializada sobre o tema da terceirização no mundo, em geral, e no Brasil, em especial, chega-se à primeira parte do estudo maior sobre trajetórias da terceirização.

Esta investigação científica encontra-se constituída de três partes principais: i) empregados terceirizados; ii) empresas de terceirização; e iii) relações de trabalho na terceirização. Assim, espera-se poder contribuir tanto com o aprofundamento do conhecimento sobre a terceirização quanto com o aperfeiçoamento das políticas públicas atinentes ao mundo do trabalho no Brasil.

# PALAVRA DO PRESIDENTE

## Nossa trajetória



O movimento sindical tem um papel importante na democratização do desenvolvimento. É da luta de trabalhadores que o desenvolvimento e o bem-estar social são conquistados ou mantidos.

Os sindicatos usam como forma de luta vários instrumentos, entre eles: as greves, as negociações, os acordos coletivos, as paralisações, as manifestações, os atos públicos, as reuniões, as assembleias.

Mas o sindicato também precisa evoluir nesses instrumentos. Além de usar essas ferramentas, é necessário ter o cuidado em oferecer serviços de qualidade ao trabalhador, seja por meio do atendimento nas sedes e subsedes, seja na oferta de lazer, de cursos etc.

E o sindicato deve parar por aí? Não! Definitivamente, não!

O sindicato moderno deve investir na obtenção e na divulgação de dados sobre o mercado de trabalho do qual ele está vinculado. A tradução disso é que o trabalhador precisa conhecer e reconhecer sua situação e o que tem conquistado, em termos de salário, de condições de trabalho, de quem atua e de quem contrata.

O trabalho de pesquisar o seu mundo – sua realidade – é algo que não pode ser desconsiderado, o sindicato não pode ficar na dependência de órgãos do governo ou de pesquisas de respostas aos questionários. É preciso investir, em médio e longo prazo, no registro, na sistematização e na metodologia de mensuração de dados.

Este trabalho deve ser prioritário para todo e qualquer sindicato, para todo e qualquer grupo de trabalho, seja de empresas, Ong´s, associações etc.

No caso dos trabalhadores terceirizados mais ainda, pois até o Sindeepres iniciar a organização de pesquisas, quase ou nada se sabia desse mercado de trabalho. O que se sabia, em geral, é que é uma área que cresce. Que tem problemas etc. Mas se só geram problemas, porque cresce? Qual a razão de muitas empresas e órgãos de Estado partirem para a contratação de terceirizados? Se for um fenômeno mundial, porque só o Brasil não tem uma regulamentação?

Mas uma pergunta que não quer calar é qual a trajetória da terceirização no Brasil?

Como um sindicato que não foge às suas lutas, o Sindeepres organizou a maior série de pesquisas sobre o tema, tendo a frente Marcio Pochmann – professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, atualmente presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O sindicato abriu sua base de dados para que se conhecesse: o perfil desse trabalhador; a evolução da quantidade de empregados e empresas de terceirização; a evolução da composição dos empregados em estabelecimentos de terceirização, segundo escolaridade; a evolução real do salário médio dos empregados em estabelecimentos de terceirização; a participação relativa das mulheres no total

dos empregados em estabelecimentos de terceirização; entre outros dados.

Resumindo: na primeira parte há uma descrição geral do perfil do trabalhador ocupado desde a década de 1980. A segunda parte trata da evolução das relações de trabalho nas empresas de uso de mão de obra terceirizada.

Essa nova pesquisa Sindeepres, Trajetórias da terceirização, é um instrumento para se conhecer melhor a evolução do trabalho terceirizado no Brasil. Utiliza como base um conjunto de dados sistematizados para o estado de São Paulo, a partir das informações geradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – e pelo Sindeepres, maior sindicato de trabalhadores terceirizados e temporários das Américas, que conta com 160 mil associados e representa mais de 500 mil trabalhadores na área de prestação de serviços de todo o estado de São Paulo.

Com a apresentação da pesquisa Sindeepres, Trajetórias da terceirização, o presidente do Ipea e professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, Marcio Pochmann dá continuidade a série de estudos sobre terceirização, que teve início em 2008 com três importantes pesquisas sobre o setor, são elas: Sindeepres, A transnacionalização da terceirização na contratação do trabalho; Sindeepres, A superterceirização dos contratos de trabalho; e a Sindeepres, A sindicalização no emprego formal terceirizado no estado de São Paulo.

Com base nos dados, o Sindeepres vai à luta para melhorar o que não está bom e celebrar as conquistas, que são muitas. Fruto desse trabalho, o Sindeepres põe na mesa a realidade dos números com a certeza de que o trabalhador confia que só com sua organização ele é forte e conseguirá melhorar sua situação.

Agradecemos a parceria com o Ministério do Trabalho e com o professor Marcio Pochmann, uma referência na pesquisa sobre mercado de trabalho.

Lembramos, contudo, que essa nova pesquisa é a primeira de três trabalhos que divulgaremos até o fim deste ano e início de 2012. Ano em que comemoraremos 20 anos de atividades. E queremos comemorar com a certeza de que cada trabalhador terceirizado e temporário tem galgado seu espaço e crescido em número e qualidade.

Obrigado,

Genival Beserra Leite

Presidente do Sindeepres

# PARTE 1

## Empregados terceirizados

# Empregados terceirizados

O avanço da terceirização do trabalho tem sido expressão maior das transformações no modo de produção e distribuição de bens e serviços nas economias capitalistas transcorridas desde o último terço do século XX. Apesar disso, há diferenças importantes e inegáveis no movimento geral de terceirização do trabalho entre países.

Nas economias desenvolvidas, o trabalho terceirizado resulta, geralmente, da opção patronal pela ampliação dos ganhos de produtividade. A partir da adoção de novos meios gestão da mão de obra e incorporação tecnológica, o processo produtivo passou a ser crescentemente compartilhado por um conjunto de diversas empresas que subcontratam seus empregados. Na maior parte das vezes, a terceirização não representa, necessariamente, a precarização dos contratos de trabalho.

Nos países não desenvolvidos, o trabalho terceirizado expandiu-se mais recentemente. A principal motivação do processo de terceirização tem sido, em geral, a busca da redução do custo do trabalho como mecanismo de maior competitividade e ampliação da margem de lucro diante da exposição do setor produtivo à concorrência internacional. Em função disso, a terceirização termina por apresentar contratações de trabalhadores com remuneração e condições de trabalho inferiores aos postos de trabalho anteriormente existentes e aos equivalentes não submetidos à subcontratação da mão de obra.

No Brasil, a terceirização do trabalho ganhou importância a partir dos anos 1990, coincidindo com o movimento de abertura comercial e de desregulamentação dos contratos de trabalho. Ao mesmo tempo, a estabilidade monetária alcançada a partir de 1994 vigorou associada à presença de ambiente competitivo desfavorável ao mercado interno. Ou seja, baixo dinamismo econômico com contida geração de empregos em meio a taxa de câmbio valorizada e altas taxas de juros.

Diante do desemprego crescente e de ofertas de postos de trabalho precários, as possibilidades de atuação sindical exitosas foram diminutas. Ainda mais pela expansão de políticas de desregulação do mercado de trabalho. No dias de hoje, o trabalho terceirizado perdeu importância relativa no total do emprego formal gerado no Brasil, embora seja crescente a expansão absoluta dos postos de empregos formais. Por serem postos de trabalho de menor remuneração e maior descontinuidade contratual, os empregos terceirizados atendem fundamentalmente a mão de obra de salário de base.

Em virtude disso, as ocupações geradas em torno do processo de terceirização do trabalho tendem a se concentrar na base da pirâmide social brasileira. O uso da terceirização da mão de obra tem se expandido fundamentalmente pelo setor de serviços, embora esteja presente em todos os ramos do setor produtivo[1].

A seguir, o estudo busca apresentar as principais modificações nas trajetórias do trabalho terceirizado. Para isso, utiliza-se de um enorme conjunto de dados sistematizados para o estado de São Paulo, a partir das informações geradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – e pelo Sindeepres.

Na primeira parte, há uma descrição geral do perfil do trabalhador ocupado desde a década de

1 Ver Pochmann (2008).

1980. Na segunda parte, trata-se da evolução das relações de trabalho nas empresas de uso de mão de obra terceirizadas.

## Dinâmica da contratação da mão de obra terceirizada

A transição para o século XXI, no Brasil, se caracterizou por significativas alterações no funcionamento do mercado de trabalho. O movimento de terceirização da mão de obra transformou-se em um dos principais elementos de modificação do mundo do trabalho, capaz de equivaler a uma reforma trabalhista.

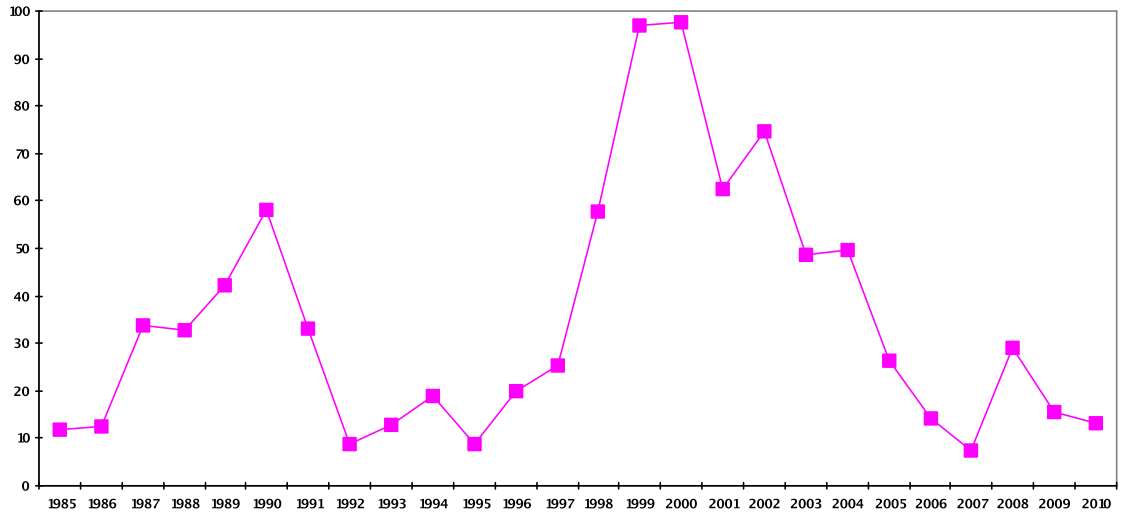
Como se sabe, o Brasil não passou por uma ampla reforma trabalhista de corte neoliberal, conforme verificada em outros países. Mesmo assim, ocorreram várias ações governamentais direcionadas à desregulamentação do mercado de trabalho, especialmente, nos anos 1990, quando as políticas neoliberais estiveram em maior evidência no país[2].

Nos últimos 25 anos, a dinâmica da contratação da mão de obra terceirizada apresentou quatro trajetórias distintas, sendo a primeira observada durante a década de 1980, quando expressou o movimento de focalização de atividades especializadas. Em geral, a terceirização da mão de obra correspondeu à externalização da partes das atividades que anteriormente eram realizadas, sobretudo, nas grandes empresas privadas estrangeiras.

A internalização de novos métodos de organização da produção e gestão da força de trabalho adotada originalmente nas economias desenvolvidas permitiu que a taxa de terceirização fosse crescente. Entre 1985 e 1990, a taxa de terceirização do emprego formal no estado de São Paulo passou de 11,7% para 58,2% do saldo líquido das ocupações geradas a cada ano.

**GRÁFICO 1**

**Evolução da taxa de terceirização[1] – São Paulo**




Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.
Nota: [1] Relação entre empregos terceirizados formais e empregos formais gerados.

Com a recessão econômica no início dos anos 1990, concomitante com os fracassos dos planos de estabilização monetária e abertura comercial, a dinâmica da terceirização da mão de obra como mecanismo de modernização das grandes empresas perdeu sentido. O corte generalizado do emprego em um contexto de altas taxas de inflação permitiu ao setor patronal encontrar ajustes de custos alternativos à terceirização de mão de obra. Entre 1990 e 1995, por exemplo, a taxa de terceirização no estado de São Paulo decresce de 58,2% para 8,9% do saldo total líquido de postos de trabalhos formais abertos.

2 No que se refere às medidas neoliberais adotadas ao mundo do trabalho, ver Krein (2004).

Ademais da estabilização monetária, a partir do Plano Real, com impacto inegável na redefinição da estrutura de preços e competição no interior do setor produtivo, teve importância o Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que definiu os setores cabíveis da terceirização da mão de obra e concedeu segurança jurídica às empresas. Em virtude disso, a trajetória da contratação de empregados formais entrou na sua terceira dinâmica.

Por consequência, a taxa de terceirização registrou elevação inédita, passado de 8,9% para 97,6% do saldo líquido dos empregos gerados no estado de São Paulo entre 1995 e 2002. Dessa forma, o movimento de terceirização da mão de obra, que até então se encontrava relacionado ao interesse das grandes corporações transnacionais, passou a ser difundido ao conjunto das empresas em operação no Brasil. Pelas condições da estabilidade monetária, alcançada com altas taxas de juros reais e valorização do real, as condições de competição interempresarial tornaram-se mais acirradas. A redução do custo do emprego da força de trabalho estimulou o crescimento da terceirização, inclusive no aparecimento de empresas sem empregados.

A quarta dinâmica na trajetória da contratação de empregos formais ganhou importância desde o início da década de 2000, com a queda na taxa de terceirização. Entre 2000 e 2010, a taxa de terceirização passou de 97,6% para 13,6% do saldo líquido de empregos formais constituído no estado de São Paulo.

Em geral, a constituição de melhor contexto macroeconômico, com o fim do regime de taxa de câmbio fixo e elevação do crescimento da economia, acrescida do abandono das políticas de corte neoliberal, levou à desaceleração da taxa de terceirização no país. Aliada à maior presença sindical, as atuações da fiscalização da Justiça Trabalhista, do Ministério do Emprego e Trabalho e do Ministério Público do Trabalho contiveram o processo generalizado da terceirização dos contratos de trabalho.

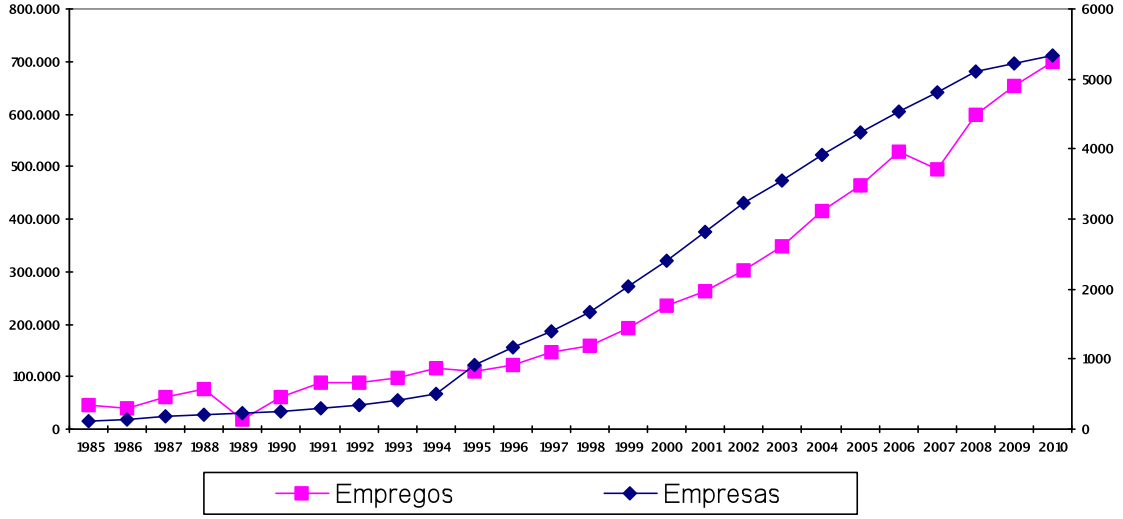
Mas isso não significou a redução quantitativa na terceirização da mão de obra, somente queda relativa, dada a força do avanço na geração de empregos formais. Entre 2003 e 2010, por exemplo, a quantidade média anual de empregos terceirizados abertos no estado de São Paulo foi de 354 mil novas vagas, enquanto na década de 1990 era de 231 mil ocupações.

Até 1994, por exemplo, a trajetória da ocupação terceirizada era consideravelmente contida. No estado de São Paulo, por exemplo, mal passava de 100 mil trabalhadores contratados, formalmente, na condição de terceirizados, por apenas 500 empresas. Mas com o fim das altas taxas de inflação, o uso do trabalhador terceirizado ganhou inegável impulso, o que favoreceu a expansão do ritmo de contratação formal de empregados concomitante com o crescente aparecimento de novas empresas de terceirização de mão de obra.

Ainda para o estado de São Paulo, percebe-se que a quantidade de empregados terceirizados aumentou significativamente desde 1995. Naquele ano, a quantidade de trabalhadores contratados formais, em regime de terceirização, foi de 110 mil empregados distribuídos por menos de 1,2 mil empresas. Após 15 anos, o número de empregados terceirizados havia ultrapassado os 700 mil, agregados por mais de 5,4 mil empresas.

**GRÁFICO 2**

**Evolução da quantidade de empregados e empresas de terceirização – São Paulo**




Fonte: MTE/Rais.

Elaboração própria.

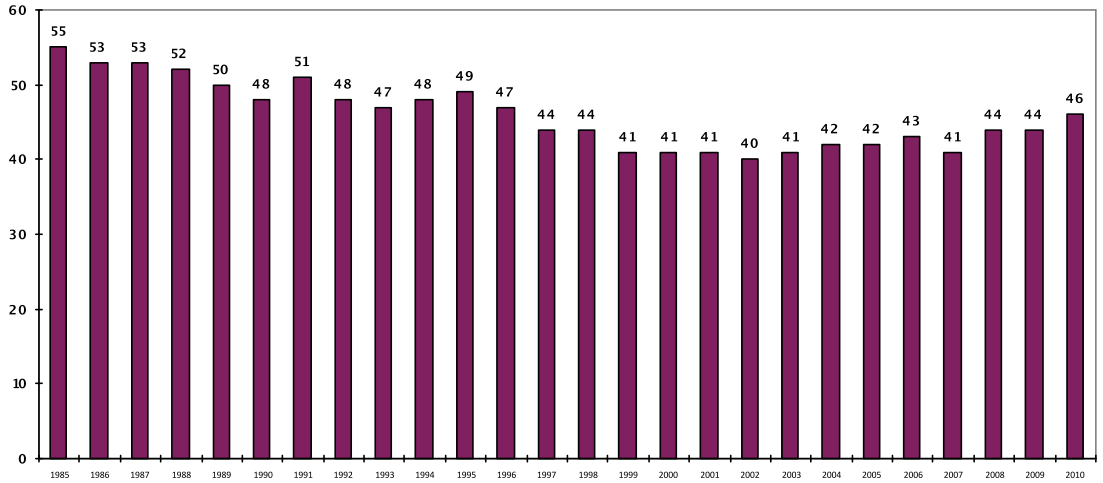
Entre 1985 e 1995, o número de trabalhadores terceirizados cresceu 9% como média anual, enquanto a quantidade de empresas aumentou 22,5% como média ao ano. No período subsequente (1996-2010), a expansão média anual do emprego formal terceirizado foi de 13,1% e 12,4% ao ano para o crescimento médio anual das empresas. Em todo o período analisado, o universo de trabalhadores terceirizados elevou 11,1% em média ao ano, e 16,4% de empresas como média anual.

Resumidamente, observa-se que a alteração no comportamento dos preços acompanhada de medidas macroeconômicas se mostrou fundamental para a aceleração da contratação do trabalho terceirizado. Considerando que na década de 1990 prevaleceram taxas de expansão da produção relativamente baixa, com contido crescimento da produtividade e da taxa de investimento, verificou-se que o movimento de terceirização se deu fundamentalmente associado às necessidades de redução dos custos de contratação de trabalhadores.

Isso porque a contratação de trabalhadores terceirizados impõe custos menores em relação aos praticados pelos postos de trabalho não terceirizados. Razoável para o ambiente de competição, desfavorável em relação ao exterior e ausente do crescimento econômico. Sem ser por necessidade de elevação dos ganhos de produtividade tampouco de gerar estímulos ao crescimento da produção, constata-se o aprofundamento da terceirização com o objetivo de redução de custos de contratação.

**GRÁFICO 3**

**Participação relativa das mulheres no total dos empregados em estabelecimentos de terceirização – São Paulo** (Em %)

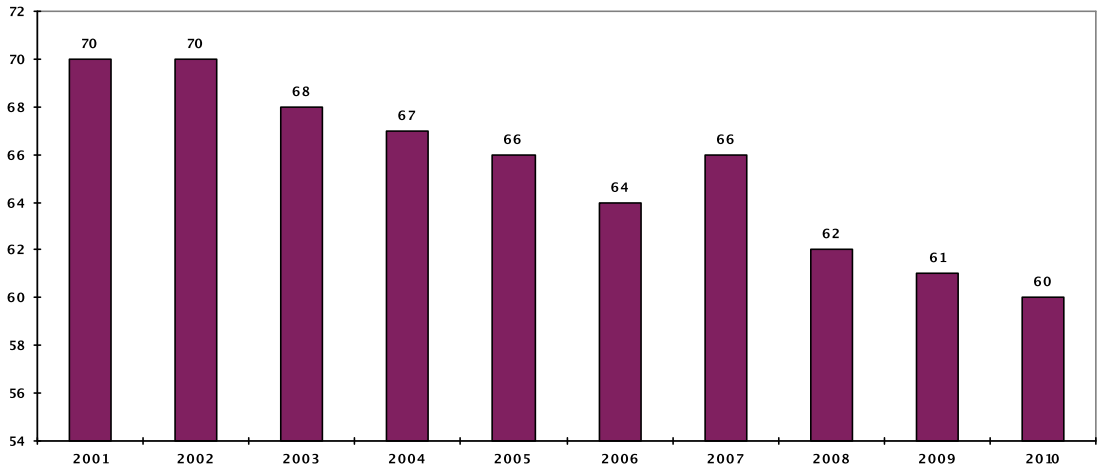



Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

De acordo com a evolução do emprego formal no estado de São Paulo, não se assistiu à maior presença feminina na composição total de absorção de mulheres pelas empresas de terceirização. Ainda que na segunda metade da década de 1980 mais da metade do total do emprego formal terceirizado era ocupada por trabalhadores do sexo feminino, observou-se, nos anos subsequentes, a proliferação das vagas ocupadas pelo sexo masculino

**GRÁFICO 4**

**Evolução da participação relativa de pessoas brancas no total dos empregos em estabelecimentos de terceirização – São Paulo** (Em %)

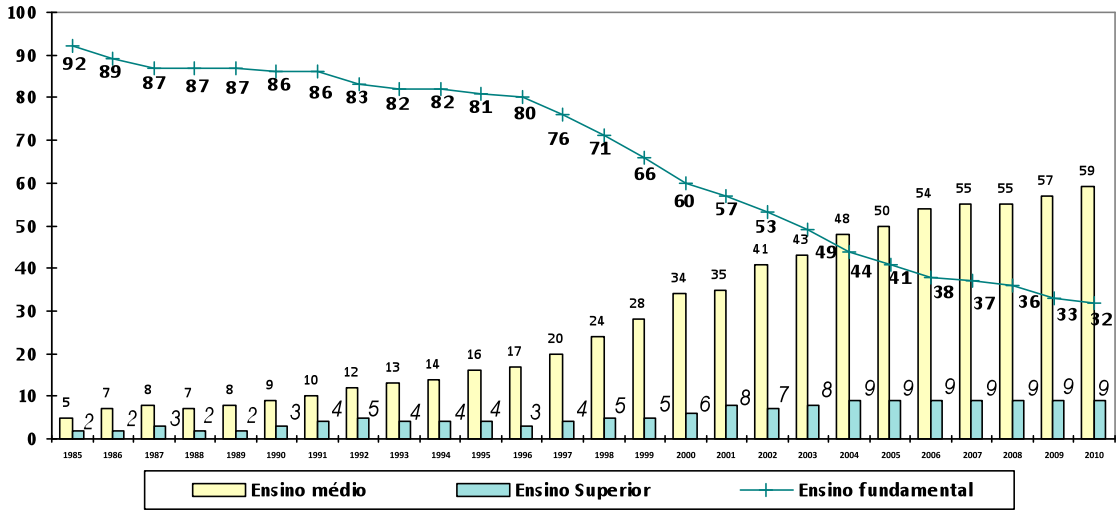



Fonte: Mte/Rais.
Elaboração própria.

Em relação à raça/etnia dos ocupados nos postos de trabalho terceirizados, constata-se que durante a década de 2000 ocorreu uma sensível diminuição da presença de pessoas de cor branca. Apesar disso, quase dois terços das ocupações de terceirizados, no estado de São Paulo, encontram-se preenchidas por trabalhadores de cor branca.

**GRÁFICO 5**

**Evolução da composição dos empregados em estabelecimentos de terceirização segundo escolaridade – São Paulo**(Em %)




Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

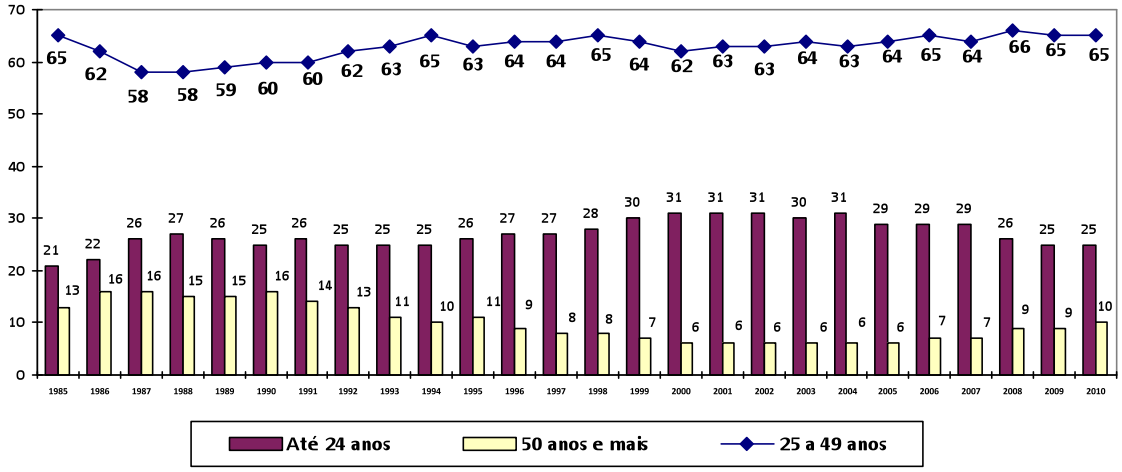
No caso do quesito educação, pode-se ressaltar a rápida redução na participação relativa dos trabalhadores com até o ensino fundamental, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990. Assim, em 2010, o estado de São Paulo possuía 32% dos ocupados com até o ensino fundamental completo, enquanto em 1985 representava mais de 92% do total.

Concomitante com a redução relativa dos trabalhadores de menor escolaridade assistiu-se à expansão do peso dos trabalhadores com escolaridade centrada no ensino médio. Entre 1985 e 2010, por exemplo, a participação dos empregados com o ensino médio passou de 5% para 59% do total da ocupação terceirizada no estado de São Paulo. Também em relação à presença de trabalhadores com o ensino superior, percebe-se expansão significativa. Em 2010 havia 9% dos empregados terceirizado com nível superior, enquanto em 1985 mal atingia 2% do total dos ocupados.

**GRÁFICO 6**

**Evolução da composição etária dos empregados em estabelecimentos de terceirização – São Paulo**

(Em %)




Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Quando o critério de caracterização dos trabalhadores terceirizados for a faixa etária, nota-se importante participação relativa dos ocupados no segmento etário de 25 a 49 anos de idade. Cerca de dois terços do total dos terceirizados encontra-se naquela faixa etária.

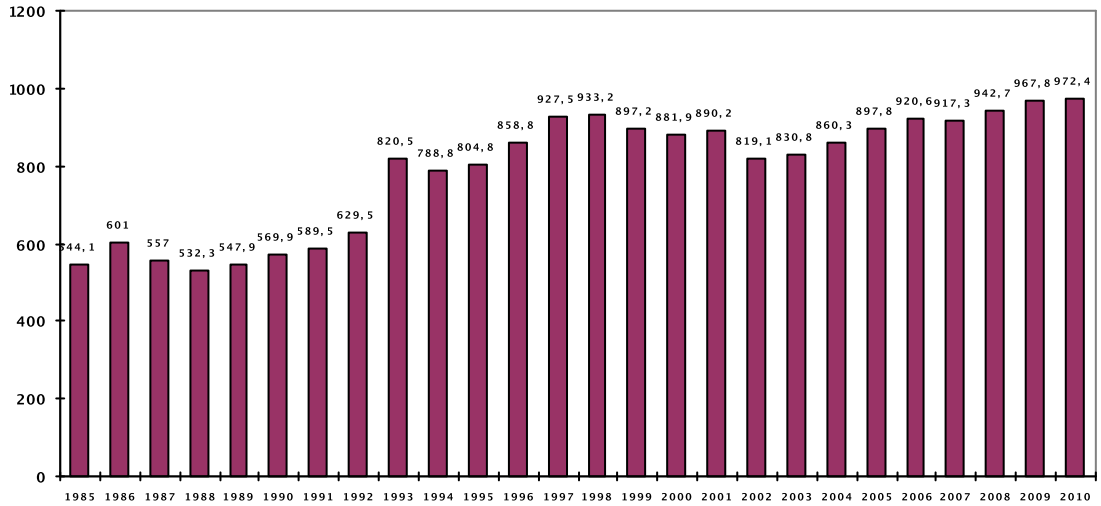
Com isso, os segmentos etários de até 24 anos de idade, que havia registrado uma leve elevação em sua participação relativa no total dos ocupados entre 1985 e 2004, passaram a decrescer levemente até 2010. Dessa forma, a presença de jovens ocupados na condição de trabalhadores terceirizados cresceu levemente entre os anos de 1985 e 2010.

Essa expansão do emprego terceirizado para o estrato juvenil ocorreu simultaneamente à redução relativa da ocupação para trabalhadores de 50 anos e mais de idade. Entre 1985 e 2005, a participação relativa deste segmento etário reduziu-se de 13% para 6%. Na segunda metade da década de 2000, o emprego relativo de trabalhadores de 50 anos e mais de idade voltou a crescer levemente, porém ainda se encontra 30% inferior ao verificado em 1985.

Se considerar o valor médio real do salário pago ao trabalhador terceirizado, constata-se que entre 1985 e 2010 houve aumento médio anual de 2,3%. Todavia, destaca-se que entre 1985 e 1998, o salário médio real dos trabalhadores terceirizados do estado de São Paulo cresceu 4,2% real ao ano, enquanto no período subsequente se manteve relativamente estável – 0,3% de aumento real médio anual entre 1999 e 2010.

**GRÁFICO 7**

**Evolução real do salário médio dos empregados em estabelecimentos de terceirização – São Paulo** (Em R$ constante)

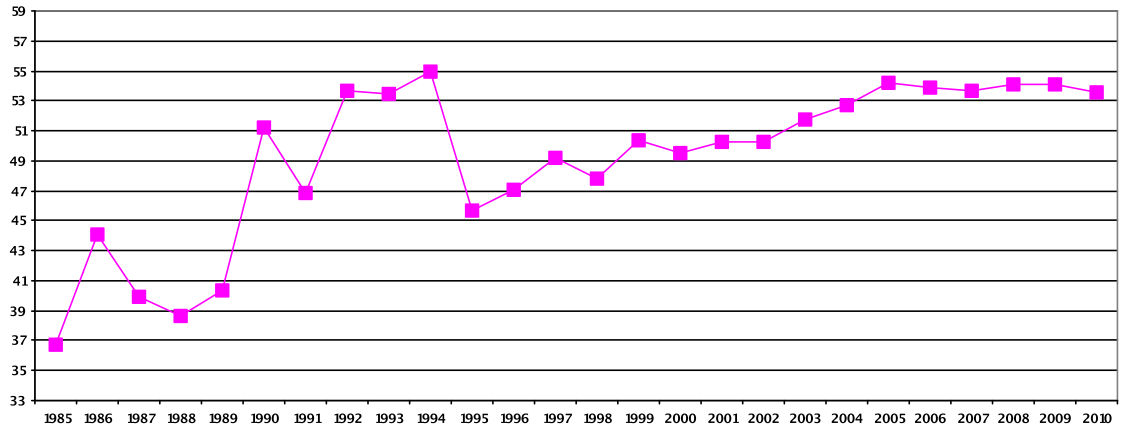



Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Possivelmente o comportamento do salário médio real do conjunto dos trabalhadores terceirizados esteja relacionado ao maior peso dos ocupados com maior escolaridade, o que indicaria certa mudança na composição das funções exercidas. Nesse sentido, a redução da presença relativa de trabalhadores terceirizados de menor nível de escolaridade seria acompanhada de alguma melhora, em termos de salário real pago pelas empresas de terceirização.

**GRÁFICO 8**

**Evolução do salário médio dos empregados em relação ao salário real médio do conjunto dos ocupados formais – São Paulo** (Em %)

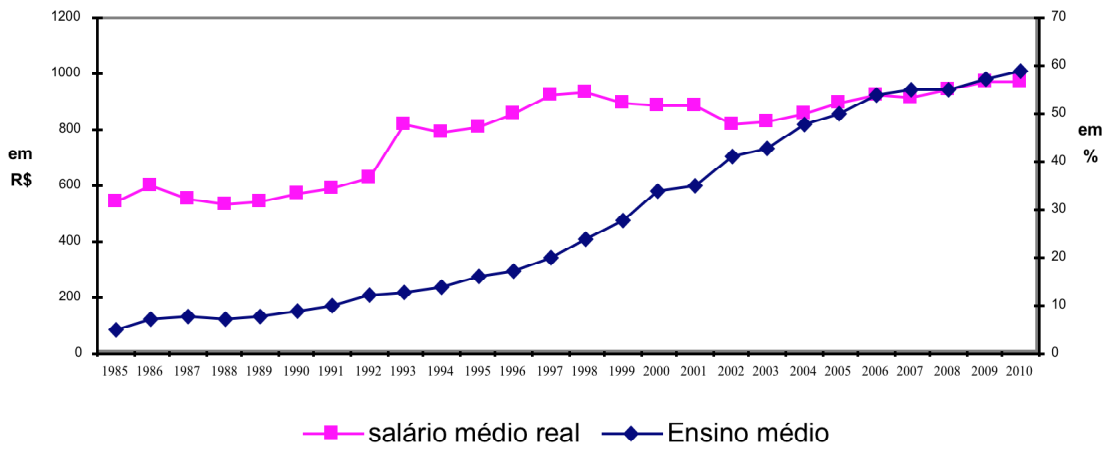



Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Apesar da elevação do salário médio dos terceirizados, desde a década de 1980, ele não representou mais do que 50% do valor estimado do salário médio real dos trabalhadores em geral. Registra-se que a trajetória de elevação do salário médio real ocorrera em duas oportunidades no Brasil. A primeira associa-se ao conjunto: entre o fim da década de 1980 e a estabilização monetária, em 2005. A segunda transcorreu entre 1994 e 2004. Fora deste período ocorreu queda ou estabilidade na relação entre o salário real médio do terceirizado e o salário real médio do trabalhador não terceirizado no setor urbano do estado de São Paulo.

**GRÁFICO 9**

**Evolução real do salário médio dos empregados e da participação relativa dos trabalhadores com escolaridade relativa ao ensino médio nos estabelecimentos de terceirização – São Paulo** (Em R$ constante e em %)



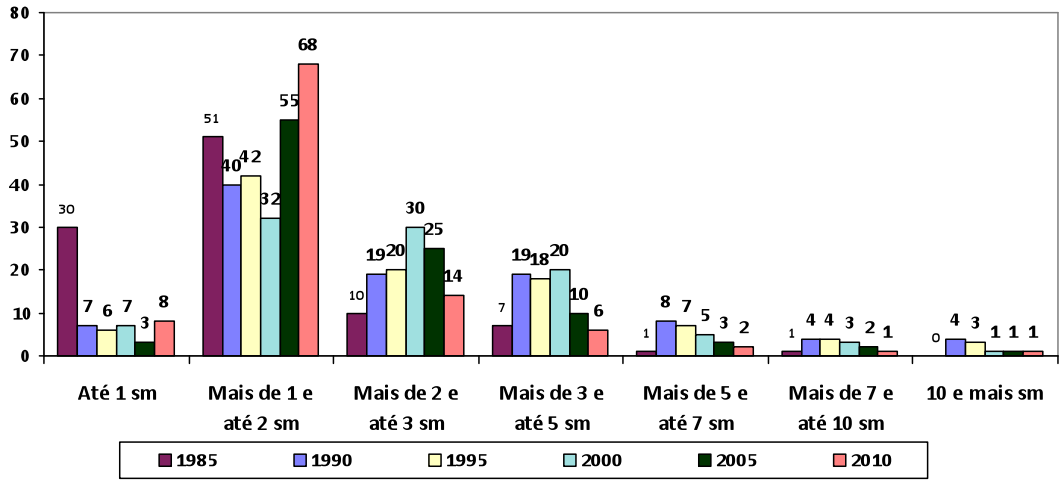

Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

A evolução do valor real do salário médio do trabalhador nas empresas de terceirização de mão de obra no estado de São Paulo trouxe, em consequência, alterações na distribuição dos empregados por faixa de remuneração. No ano de 2010, 76% dos empregados terceirizados recebiam como remuneração mensal o equivalente a até dois salários mínimos mensais.

Em 1985, 81% dos terceirizados recebiam, mensalmente, quantia que equivalia a dois salários mínimos mensais. No ano de 2000, contudo, somente 39% dos empregados das empresas de terceirização recebiam até dois salários mínimos mensais.

**GRÁFICO 10**

**Evolução da distribuição dos empregados terceirizados por faixa de salário mínimo – São Paulo** (Em %)

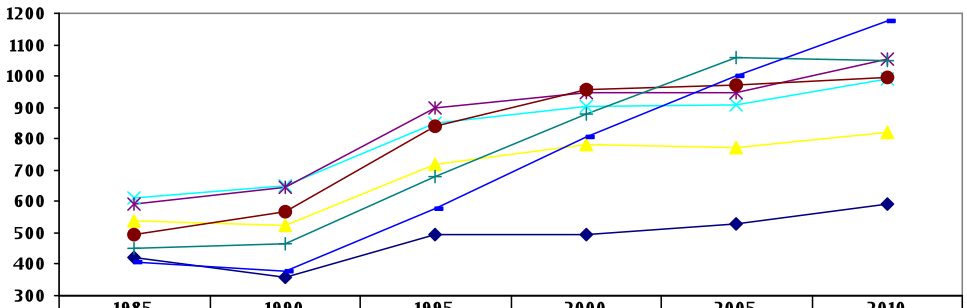



Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Em relação ao salário real médio do terceirizado, observa-se a evolução da diferença por faixa etária. Em 1985, a diferença entre o salário médio por faixa etária dos trabalhadores terceirizados foi de 50%. Vinte cinco anos depois, a desigualdade entre a maior e a menor remuneração média dos terceirizados aumentou para 99,3%.

**GRÁFICO 11**

**Evolução do salário médio real dos empregados terceirizados por faixa etária – São Paulo** (Em R$)



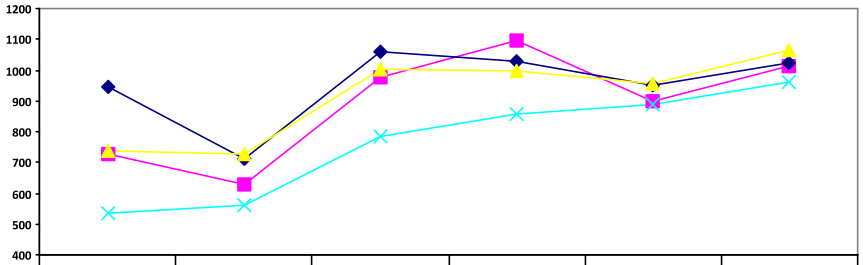

| | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 15 a 17 | 423 | 359 | 493 | 496 | 529 | 590 |
| 18 a 24 | 537 | 526 | 716 | 784 | 773 | 820 |
| 25 a 29 | 609 | 651 | 850 | 905 | 908 | 993 |
| 30 a 39 | 590 | 646 | 899 | 947 | 948 | 1.053 |
| 40 a 49 | 496 | 570 | 840 | 959 | 972 | 995 |
| 50 a 64 | 452 | 463 | 680 | 881 | 1.059 | 1.051 |
| 65 ou mais | 406 | 378 | 576 | 805 | 1.000 | 1.176 |

Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Destaca-se, ainda, que o salário médio dos terceirizados recebidos em 2010 foi o maior, em termos reais dos anos anteriores. A maior elevação ocorreu para a faixa etária de 65 anos e mais (188,2%). E a menor, no segmento de idade, ocorreu entre 15 e 17 anos (39,5%).

**GRÁFICO 12**

**Evolução do salário médio real dos empregados terceirizados por tamanho da empresa – São Paulo** (Em R$)




| | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Até 9 empregados | 725 | 629 | 977 | 1.097 | 900 | 1.015 |
| De 10 a 49 empregados | 946 | 712 | 1.058 | 1.027 | 953 | 1.023 |
| De 50 a 99 empregados | 739 | 728 | 1.005 | 997 | 955 | 1.065 |
| 100 ou mais empregados | 534 | 560 | 782 | 857 | 890 | 963 |

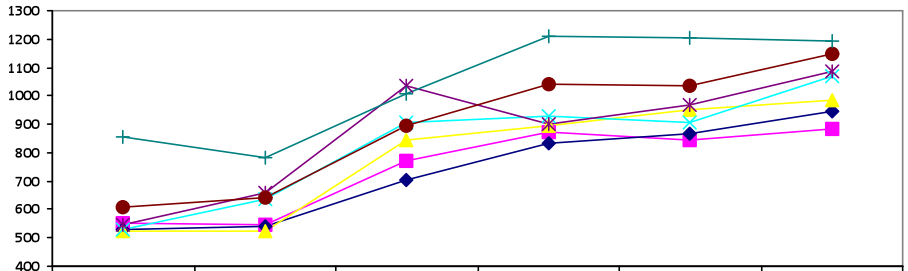
Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Na comparação do salário médio real dos empregados, segundo o tamanho das empresas de terceirização, registra-se queda na desigualdade de remuneração. Em 2010, a diferença entre o salário médio dos empregados por tamanho de estabelecimento foi de 10,6%, enquanto em 1985 era de 77,1%.

Ao mesmo tempo, percebe-se que as empresas de 100 e mais empregados foram as que ocorreram mais elevação salarial, com elevação do salário médio real em 80,3%. Nas empresas de terceirização de 10 a 49 empregados houve a menor elevação do salário médio real (8,1%). Não obstante o ritmo diferenciado de elevação do salário médio real por tamanho dos estabelecimentos de terceirização de mão de obra, todos apresentaram remunerações em 2010 superiores às de 1985.

**GRÁFICO 13**

**Evolução do salário real médio dos empregados terceirizados por tempo de serviço na empresa – São Paulo** (Em R$)



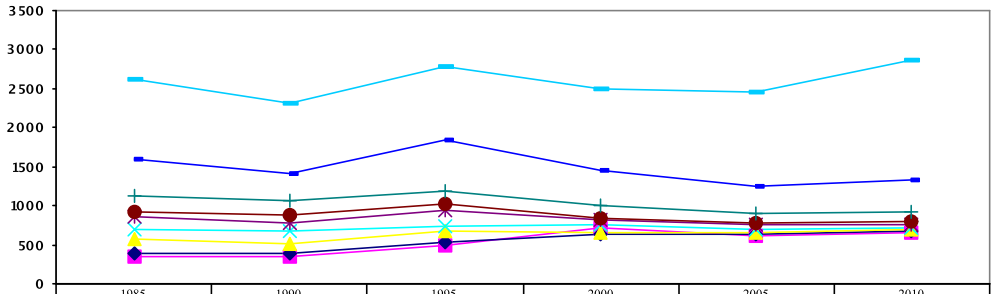

| | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Até 3 meses | 551 | 548 | 771 | 872 | 842 | 883 |
| Mais que 3 e até 12 meses | 529 | 540 | 703 | 834 | 868 | 947 |
| Mais que 1 ano e até 2 anos | 524 | 522 | 846 | 894 | 949 | 985 |
| Mais que 2 e até 3 anos | 532 | 634 | 907 | 926 | 908 | 1.067 |
| Mais que 3 e até 5 anos | 549 | 659 | 1.035 | 902 | 969 | 1.084 |
| Mais que 5 e até 10 anos | 610 | 640 | 897 | 1.042 | 1.036 | 1.149 |
| 10 anos e mais | 855 | 782 | 1.009 | 1.211 | 1.204 | 1.195 |

Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Também em relação à evolução do salário médio dos terceirizados, segundo tempo de serviços na mesma empresa, observa-se redução no grau de desigualdade. No ano de 2010, a diferença entre o maior e o menor salário real médio por diferente tempo de serviço na empresa de terceirização foi de 35,3%, enquanto em 1985 era de 63,2%. A maior elevação no salário real médio ocorreu para os trabalhadores de dois a três anos de tempo de serviço (199%), e o menor para trabalhadores de até três meses de tempo de trabalho na empresa (60,2%). Novamente, todos os salários médios por tempo de serviço, em 2010, foram superiores aos de 1985.

**GRÁFICO 14**

**Evolução do salário real médio do empregado terceirizado segundo escolaridade – São Paulo** (Em R$)




| | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ANALFABETO | 354 | 353 | 489 | 715 | 616 | 657 |
| ATE 5.A INCOMP. | 387 | 394 | 539 | 628 | 642 | 678 |
| 5.A COMPL. FUND. | 581 | 502 | 680 | 659 | 663 | 692 |
| 6. A 9. FUND | 687 | 677 | 739 | 750 | 692 | 709 |
| FUND. COMPL. | 852 | 783 | 943 | 828 | 748 | 764 |
| MEDIO INCOMP. | 930 | 870 | 1.031 | 832 | 778 | 800 |
| MEDIO COMPL. | 1.119 | 1.056 | 1.184 | 1.000 | 902 | 928 |
| SUP. INCOMP. | 1.587 | 1.403 | 1.850 | 1.449 | 1.244 | 1.337 |
| SUP. COMP. | 2.623 | 2.322 | 2.789 | 2.487 | 2.446 | 2.867 |

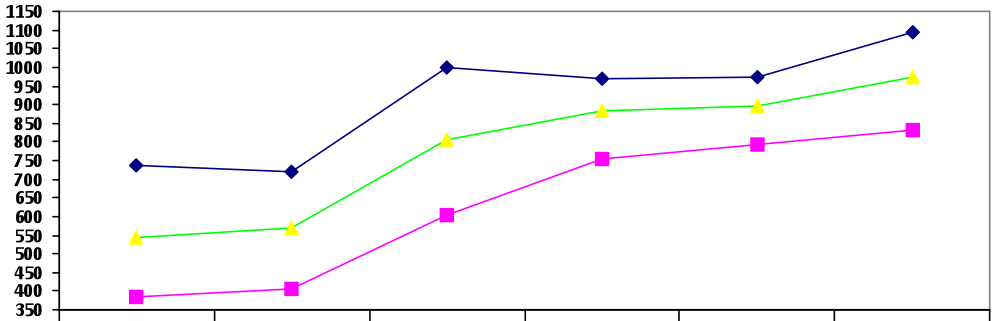
Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Na situação da evolução do salário médio segundo nível de escolaridade, constata-se queda importante no grau de desigualdade salarial entre a maior e a menor remuneração média percebida pelo trabalhador terceirizado. No estado de São Paulo, a diferença entre maior e menor salário pago nas empresas de terceirização de mão de obra caiu 40,5% nos últimos 25 anos, pois passou de 7,4 vezes, em 1985, para 4,4 vezes, em 2010.

A ração principal disso encontra-se associada ao crescimento real do salário médio dos trabalhadores analfabetos (85,6%) durante os anos de 1985 e 2010. O salário médio real dos trabalhadores terceirizados com escolaridade superior completa aumentou no mesmo período de tempo, 9,3%. A elevação do piso salarial da categoria, bem como a força do aumento do salário mínimo oficial, contribuiu decididamente para que o salário real médio dos trabalhadores de salário de base tivesse ganhos reais acima das demais remunerações.

**GRÁFICO 15**

**Evolução do salário real médio do empregado terceirizado segundo sexo – São Paulo** (Em R$)



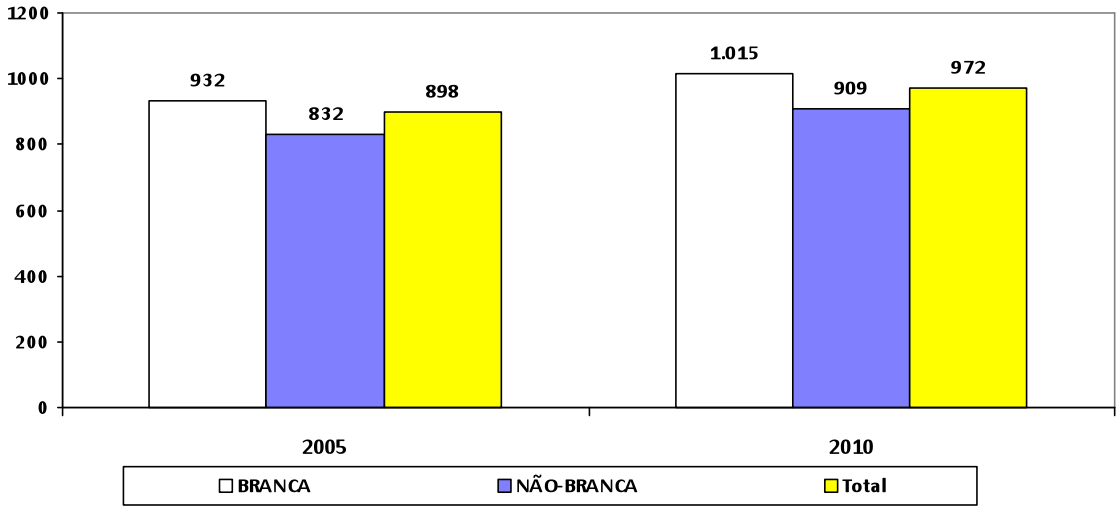

| | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FEMININO | 385 | 406 | 603 | 756 | 793 | 832 |
| MASCULINO | 736 | 722 | 999 | 969 | 974 | 1.095 |
| Total | 544 | 570 | 805 | 882 | 898 | 972 |

Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Também para a evolução do salário real médio dos terceirizados, segundo gênero, houve redução da desigualdade no estado de São Paulo. No ano de 1985, o salário médio do trabalhador terceirizado masculino era 1,9 vezes maior que o da mulher. Vinte e cinco anos depois, o salário médio do trabalhador masculino continuou superior ao da mulher, porém a diferença havia se reduzido para 1,3 vezes. Isso porque o salário feminino real aumentou 2,2 vezes em termos real, enquanto o do homem cresceu 1,5 vezes entre 1985 e 2010.

**GRÁFICO 16**

**Evolução do salário real médio do empregado terceirizado segundo raça/etnia – São Paulo** (Em R$)

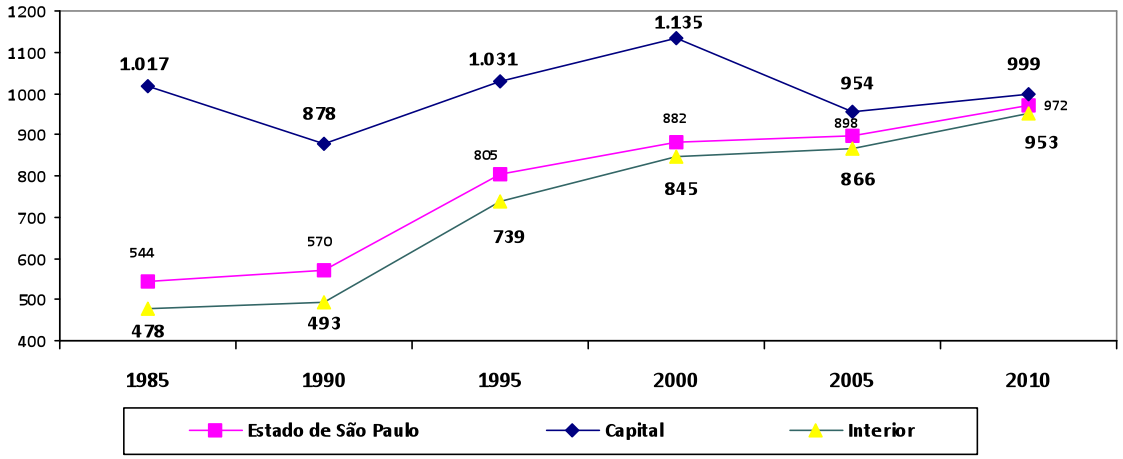



Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Em termos de evolução da remuneração real média para os trabalhadores terceirizados, constata-se que não houve alteração substantiva na desigualdade de raça/etnia. Entre 2005 e 2010, o grau de desigualdade permaneceu estável, sendo de 1,12 vezes maior a remuneração média real dos trabalhadores terceirizados brancos em relação aos não brancos. Para o mesmo período de tempo, o salário médio real do trabalhador branco cresceu 8,9%, enquanto o do trabalhador terceirizado não branco aumentou 9,2%.

**GRÁFICO 17**

**Evolução do salário real médio do empregado terceirizado segundo localização da empresa – São Paulo** (Em R$)

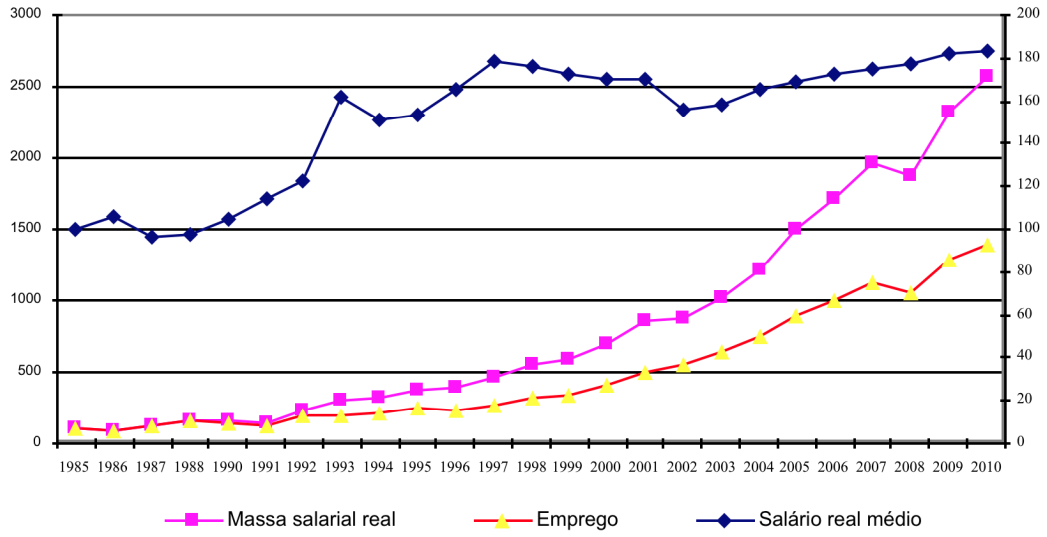



Fonte: Mte/Rais.
Elaboração própria.

Por fim, destaca-se a redução no grau de desigualdade atinente à evolução do salário médio real entre os trabalhadores terceirizados da capital de São Paulo e o interior do estado de São Paulo. No ano de 2010, o salário real médio do trabalhador terceirizado residente na capital do estado foi de 1,6% maior que a remuneração média real do empregado do interior, enquanto em 1985 era 112,8%. Essa redução entre remunerações reais médias ocorreu, em grande medida, devido ao fato do salário real médio do trabalhador terceirizado da capital ter decaído 1,8%, ao passo que o do empregado do interior do estado ter aumentado em 99,4%, durante o mesmo período de tempo.

GRÁFICO 18

**Evolução do índice de emprego formal, da massa salarial real, do salário real médio do empregado terceirizado – São Paulo (1985 = 100)**



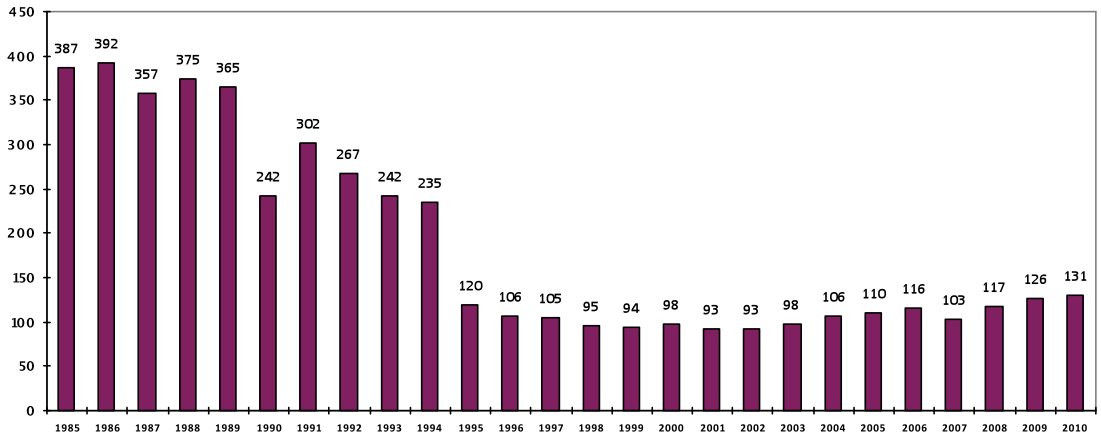

Fonte: MTE/Rais.

Elaboração própria.

Em 25 anos, a massa de salário do conjunto dos empregados terceirizados pago pelas empresas, no estado de São Paulo, aumentou 2,5 mil vezes. O principal fator de expansão da massa de remuneração dos trabalhadores deveu-se fundamentalmente ao crescimento inédito do emprego terceirizado – 1,4 mil vezes, uma vez que a remuneração média real aumentou menos (83,3%).

**GRÁFICO 19**

**Evolução da quantidade média de empregados nos estabelecimentos de terceirização – São Paulo**

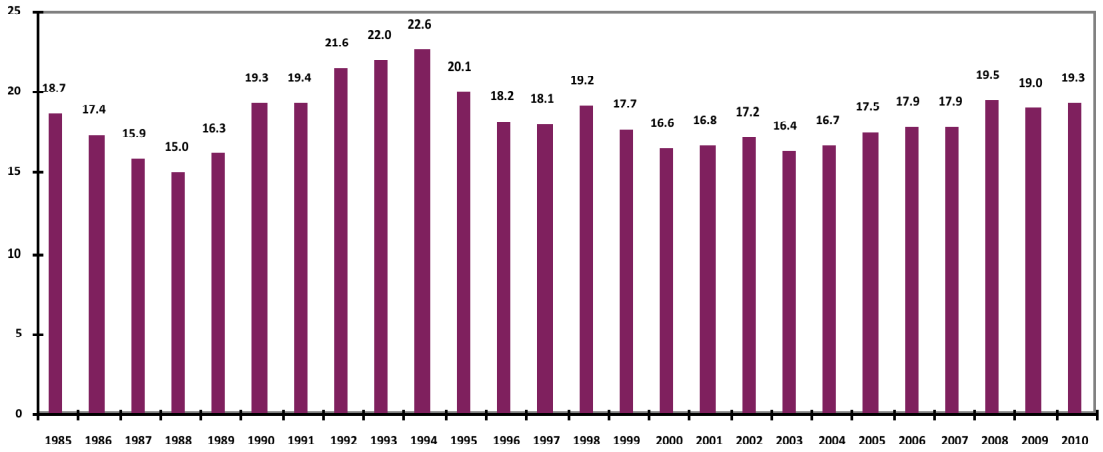



Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Ademais o comportamento do emprego e da remuneração dos trabalhadores ocupados em empresas de terceirização registra-se também a evolução na quantidade média de empregados por empresas. Em 1985, por exemplo, havia no estado de São Paulo 387 empregados, em média, por estabelecimento de terceirização. Vinte e cinco anos depois, em 2010, eram, em média, somente 131 empregados contratados por empresas de terceirização. Ou seja, queda de 66,1% em relação à quantidade média de empregados em empresas de terceirização de mão de obra.

**GRÁFICO 20**

**Evolução do tempo médio de permanência dos empregados em estabelecimentos de terceirização – São Paulo** (Em meses)



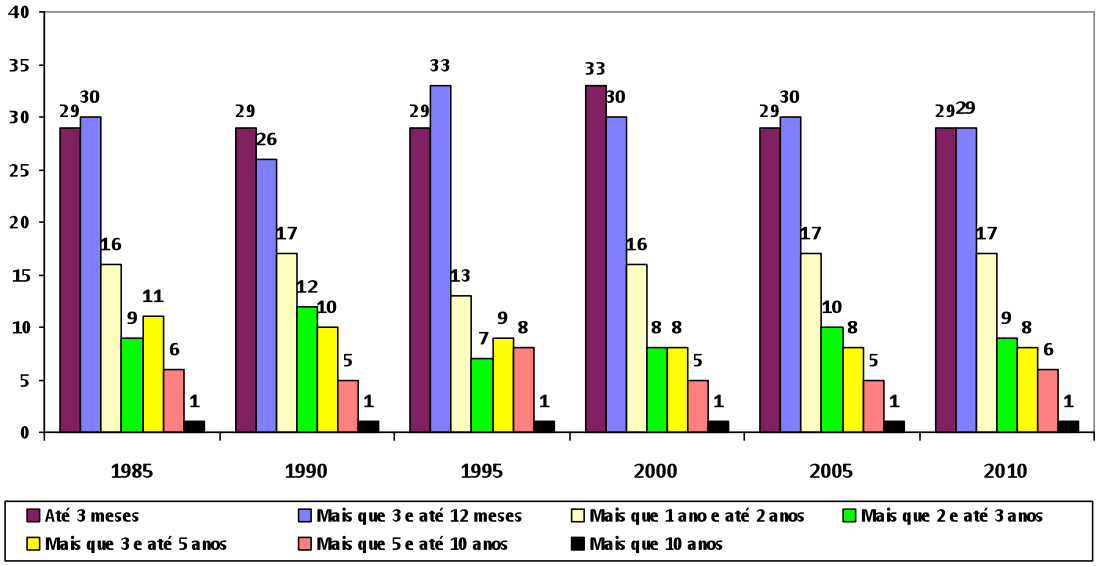

Fonte: MTE/Rais.

Elaboração própria.

Ainda em relação ao perfil do trabalho terceirizado, identifica-se que o tempo médio de permanência no posto de trabalho terceirizado não tenha se alterado substancialmente. Isso porque ele se manteve ao redor dos 18 meses, o que equivale a um ano e meio de contratação, alterando-se um pouco para mais – até quase 23 meses – ou um pouco para menos – até 15 meses.

**GRÁFICO 21**

**Evolução da distribuição dos empregados terceirizados por tempo de serviço na empresa – São Paulo** (Em %)

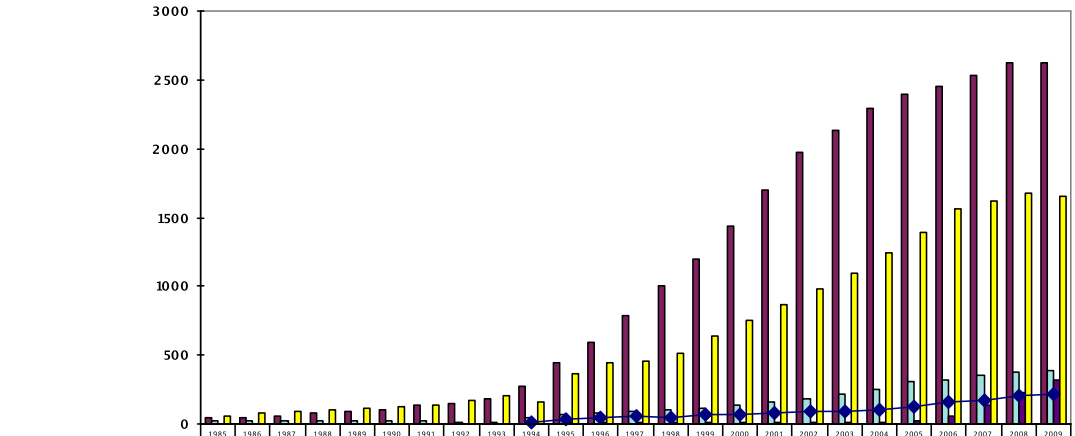



Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Percebe-se, de maneira geral, a concentração dos contratos formais de curta duração nas empresas de terceirização. No ano 2000 havia 58% do estoque de trabalhadores terceirizados com contrato de trabalho com menos de 12 meses na mesma empresa. Trabalhadores com cinco anos e mais de tempo de serviço na mesma empresa mantiveram-se, no máximo, correspondendo a 7% do conjunto dos contratos de trabalho em regime de emprego formal.

**GRÁFICO 22**

**Evolução dos estabelecimentos de terceirização segundo setor de atividade econômica – São Paulo**




| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Servicos auxiliares de ati vidades economicas | 40 | 44 | 60 | 80 | 94 | 108 | 133 | 145 | 179 | 271 | 449 | 592 | 785 | 1009 | 1194 | 1437 | 1698 | 1968 | 2134 | 2297 | 2397 | 2455 | 2528 | 2619 | 2628 |
| Servicos limpeza e conservacao de casas | 19 | 18 | 22 | 21 | 21 | 19 | 18 | 17 | 14 | 48 | 70 | 81 | 92 | 97 | 112 | 139 | 159 | 183 | 213 | 256 | 306 | 321 | 359 | 380 | 390 |
| Administracao e locacao de imoveis | 1 | - | - | - | - | - | 1 | 1 | 1 | 2 | 8 | 8 | 11 | 8 | 10 | 12 | 15 | 14 | 14 | 17 | 19 | 52 | 138 | 227 | 320 |
| Outros | 61 | 78 | 90 | 105 | 117 | 125 | 140 | 170 | 209 | 160 | 368 | 442 | 458 | 517 | 640 | 750 | 871 | 983 | 1.097 | 1.245 | 1.395 | 1.558 | 1.615 | 1.677 | 1.652 |
| Servicos de investi gacao parti cular | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 12 | 29 | 45 | 52 | 42 | 71 | 72 | 81 | 87 | 92 | 107 | 130 | 155 | 166 | 201 | 222 |

Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

O principal setor de atividade para o trabalho terceirizado tem sido o de serviços. Esses serviços, no entanto, se diferenciam, embora os auxiliares continuem a ser os de maior ocupação. Ou seja, praticamente quatro em cada dez ocupados nos postos de trabalho de terceirização no estado de São Paulo dizem respeito aos serviços auxiliares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação dos principais aspectos a explicar as trajetórias da terceirização da mão de obra, pode-se concluir sobre o seu impacto no funcionamento do mercado de trabalho, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, quando o Brasil alcançou a estabilidade monetária e a economia seguiu na condição de semiestagnação, com contido dinamismo na geração de novos postos de trabalho. A despeito disso, os postos de trabalhos terceirizados cresceram consideravelmente, ocupando mais empregados formais de maior escolaridade e empresas com menor quantidade de ocupados.

Os empregos de terceirização aumentam continuadamente, ainda que tenham perdido importância relativa na década de 2000, devido à forte elevação dos postos de trabalhos não terceirizados, tendo em vista o retorno do crescimento econômico com mais geracão de novos postos de trabalho. Não obstante, as reduções no grau de desigualdade nas remunerações dos trabalhadores terceirizados verificadas nos últimos 25 anos ainda permanecem diferenciais importantes. Em destaque, a inegável descontinuidade dos contratos de trabalho faz com que o tempo de trabalho na mesma empresa seja relativamente baixo, o que dificulta, inclusive, a contribuicão para o sistema de aposentadoria e pensão.

Também pode ser ressaltada a maior elevação real dos salários inversamente à hierarquia da escolaridade. Assim os trabalhadores de menor remuneração foram os que mais elevação real de remunerações obtiveram.

## REFERÊNCIAS


ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMORIM, R. et al. *Os trabalhadores.* São Paulo: Cortez, 2008. 2 v.

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha*. São Paulo: Boitempo, 2005. (Coleção Mundo do Trabalho).

ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2006.

BALTAR, P. E. A. et al. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. E. L. (Orgs.). *Crise e trabalho no Brasil:* modernidade ou volta ao passado? 2. ed. São Paulo: Scritta, 1997.

BARBOSA, A. *A formação do mercado de trabalho no Brasil.* Campinas, 2003.

CACCIAMALI, M. et al. Crescimento econômico e geração de emprego. *Planejamento e Políticas Públicas,* Brasília, n. 12, 1995.

CARDOSO, A. *Trabalhar, verbo transitivo.* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

COCCO, G. et al. *Empresários e empregos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CÓRDOBA, E. Del empleo total al trabajo atípico. *Revista Internacional del Trabajo*, Genebra, v. 105, n. 4, oct./dic. 1986.

CROMPTON, L. et al. *Changing forms of employment*. London: Routledge, 1996.

DAU, D. et al. (Orgs.). *Terceirização no Brasil.* São Paulo: AnnaBlume/CUT, 2009.

DELFIM NETTO, A. *O desemprego neosocial*. Brasília, 1996. Mimeografado.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Fundo de garantia e estabilidade no emprego.* São Paulo, 1971. Mimeografado.

_____. *Desemprego e as políticas de emprego*. São Paulo, 1994.

DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho.* São Paulo: Boitempo, 2007.

FERNANDES, R. (Org.). *O trabalho no Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: LTr, 1995.

GROSSI, M.; SILVA, J. *Mudanças recentes no mercado de trabalho rural*. Brasília: UnB, 2006.

KREIN, J. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil dos anos 90*. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho da

Unicamp). Campinas, 2001.

MACEDO, R.; CHAHAD, J. *FGTS e a rotatividade.* Brasília: Nobel, 1985.

MATTOS, F. *Flexibilização do trabalho:* sintomas da crise. São Paulo: Annablume, 2009.

MATTOSO, J. *O Brasil desempregado.* São Paulo: FPAbramo, 1999.

MOREIRA, M.; NAJBERG, S. O impacto da abertura comercial sobre o emprego. In: MOREIRA, M.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

MORETTO, A. J.; POCHMANN, M. Informalidade e ocupação no Brasil. In: TEIXEIRA, M. et al. (Orgs.). *Negociação e contratação coletiva da qualificação socioprofissional nas relações capital-trabalho.* São Paulo, 2005. p. 221-244.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PASTORE, J. *Flexibilização do mercado de trabalho e contratação coletiva.* São Paulo: LTr, 1994.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. *e-trabalho*. São Paulo: Publisher, 2002.

_____. *A superterceirização do trabalho.* São Paulo: LTr, 2009.

_____. *O trabalho no Brasil pós-neoliberal*. Brasília: Líber livro, 2011.

PRIES, L.; DOMBOIS, R. *Modernización empresarial*. Caracas: NS, 1993.

PRONI, M.; HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade*: o Brasil nos anos 90. São Paulo, 2003.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, P. R. *Emprego, salários e pobreza.* São Paulo: Hucitec, 1980.

TEIXEIRA, F.; OLIVEIRA, M. (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva:* as novas relações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

# EXPEDIENTE

Revisão
Cindy Nagel e Cleide Gonçalves

Design Gráfico
Shine Comunicação

Realização

SINDEEPRES®